



Rio de Janeiro, 11 de abril de 2021.

Ofício Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - 01/2021

**Defensoria Pública Geral do Estado do RJ
Ao Defensor Geral Rodrigo Baptista Pacheco**

**REF: implementação de 01 Núcleo de Direitos da Defensoria Pública do Estado do RJ
na Baixada Fluminense**

Apresentação Institucional

A **INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL**¹ é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado e busca debater Segurança Pública na Baixada Fluminense a partir da centralidade do racismo.

Suas ações começaram no ano de 2017, e no ano de 2019 se colocou como uma organização social depois que uma irmã negra sofreu racismo no espaço do Fórum Grita Baixada.

A estrutura racista do Estado define as diferentes faces do genocídio para populações negras de periferias, subúrbios e favelas. Sua atuação territorial é desenvolvida na região da Baixada Fluminense – RJ e busca a construção de políticas de segurança pública pautadas na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência de Estado com centralidade no enfrentamento ao racismo estrutural e reivindicação por justiça racial.

A IDMJR é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes que produz contra narrativas sobre violência de Estado e a luta antirracista nas periferias, a partir dos eixos (1) FORMAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO, (2) INCIDÊNCIA POLÍTICA,

¹ <https://dmjracial.com>

LEGISLATIVA E JURÍDICA, (3) e atuação com os dados de INDICADORES DE VIOLÊNCIA DE ESTADO.

Breve Panorama da Violência do Estado na Baixada Fluminense/RJ

O Brasil ocupa o ranking dos países que mais violam os direitos humanos, aliás, segundo um levantamento de 2019, 10 países que compõem as cadeiras no Conselho de Direitos Humanos da ONU, foram apontados como violadores das determinações que estão no tratado. Práticas de tortura, assassinatos da população negra, LGBTQI e mulheres, trabalho análogo à escravidão, negação aos serviços básico de saúde, saneamento e moradia, são exemplos bem palpáveis do que acontece nas periferias do Brasil e a Baixada Fluminense/RJ não foge dessa realidade.

A Baixada Fluminense faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, composta por 13 municípios com um total de aproximadamente 3,7 milhões de habitantes, o que representa aproximadamente 22,57% da população do estado.

A região ainda enfrenta problemas históricos com a falta de acesso e implementação de políticas públicas que garantam os direitos sociais básicos, como acesso à água, habitação, saúde e segurança. A Baixada Fluminense apresenta os maiores índices de violência do estado do Rio de Janeiro, sendo que o território urbano apresenta o maior número de casos de homicídio, letalidade policial e feminicídio em todo o estado do Rio de Janeiro. Segundo o Atlas da Violência 2017, a região possui 6 das 10 cidades mais violentas do estado do Rio de Janeiro: Queimados, Itaguaí, Nilópolis, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mesquita.

Ressalta-se que em 2019, durante o 1º ano do Governo Jair Bolsonaro, ocorreu um aumento de 18% nos casos de mortes cometidas por agentes do estado no Rio de Janeiro - popularmente conhecidos como auto de resistência, sendo o maior registro de assassinatos cometidos por policiais desde 1998. Ao observar a dinâmica da violência urbana na Baixada Fluminense, percebemos que o cenário não é distinto da capital, e sim, ainda mais brutal.

IDMJR

rua Dr. Lauro Neiva, 32 - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - cep: 25020-040

dmj.racial@gmail.com

<https://dmjracial.com>

(21) 983188658

Em 2020² ocorreram 883 homicídios, 374 homicídios cometidos por agentes do Estado, 769 pessoas desaparecidas e 32 cadáveres encontrados na Baixada Fluminense, segundo os registros oficiais do Instituto de Segurança Pública - ISP.

Se a Taxa de Letalidade Violenta é alta, por outro lado, a Taxa de Investigação de Crimes por letalidade violenta na Baixada Fluminense registrou no 2º semestre de 2018, que apenas 16,1% dos casos foram resolvidos com êxito (83,9% dos casos ainda sem resolução). Segundo levantamento da Human Rights Watch, apenas 4 dos 3.441 homicídios cometidos pela polícia entre 2010 e 2015 no Rio de Janeiro foram denunciados pelo Ministério Público – um total de 0,1%.

Os índices de letalidade violenta na Baixada Fluminense são mais altos do que na capital do Rio de Janeiro e o perfil das vítimas, em geral, é o de jovens (até 24 anos) pretos e pardos, com baixa escolaridade e do sexo masculino. A tendência de diminuição dos casos de homicídios e letalidade no Rio de Janeiro ao longo dos anos 2000 não é verificada na Baixada Fluminense. Pelo contrário, houve um aumento da violência na região, resultado de um processo de expansão da violência para outras áreas metropolitanas com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs na capital.

Conforme os dados sistematizados sobre violência urbana pela própria Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial³. Atualmente 30% dos homicídios causados por agentes do estado (autos de resistência) do Estado do Rio de Janeiro acontecem na Baixada Fluminense, 60% das pessoas desaparecidas, os casos de desaparecimentos ocorrem nas áreas territoriais da Baixada Fluminense e a região ainda sofre com a maior parcela dos feminicídios do Estado.

O Rio de Janeiro tem a polícia que mais mata e mais morre em números absolutos. Mesmo sob uma liminar⁴ do Supremo Tribunal Federal que proíbe a realização de operações policiais durante

² Dados relativos aos meses de janeiro a novembro de 2020 fornecidos pelas estatísticas oficiais do Estado do Rio de Janeiro através do Instituto de Segurança Pública - ISP.

³ Para mais informações sobre a sistematização de dados elaboradas pela IDMJR, acesse nossos Boletins Informativos <https://dmjracial.com/dados/>.

⁴ A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial integra a articulação de organizações e movimentos sociais que fazem parte da ADPF 635 que foi ajuizada em novembro de 2019 no STF pelo PSB. A ADPF 635 solicita que o Estado do Rio de Janeiro elabore e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e previsão dos recursos necessários para a sua implementação. Nessa trajetória conseguimos, no dia 05 de junho, uma primeira vitória com a suspensão de operações policiais no contexto da pandemia do COVID-19.

IDMJR

rua Dr. Lauro Neiva, 32 - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - cep: 25020-040

dmj.racial@gmail.com

<https://dmjracial.com>

(21) 983188658

o período de pandemia de Covid-19, após 6 meses do decreto de isolamento social do Governo do Rio de Janeiro, a Polícia Militar e a Polícia Civil realizaram um total de 171 operações policiais apenas na Baixada Fluminense, segundo o levantamento realizado pela IDMJR.

Por fim destacamos que nos territórios da Baixada Fluminense a política de milicialização da segurança pública já é um projeto político consolidado a anos, que foi sendo construído a partir do legado da ditadura militar, com os grupos de extermínios até a chegada ao que temos e chamamos hoje de milícias. Casas Legislativas e os executivos municipais na Baixada Fluminense têm a presença de milicianos diretamente em cargos ou indiretamente com suas representações.

A Solicitação de Implementação de 01 Núcleo de Direitos humanos da Defensoria Pública do Estado do RJ na Baixada Fluminense

Diante do quadro de contexto por si só já apresentado podemos constatar a **URGÊNCIA da implementação de 01 NUDEDH Baixada da Defensoria Pública**, mas queremos destacar ainda que a população baixadense quando violada não consegue acessar o serviço do município **do RJ**, devido a questões de mobilidade, circulação e financeiras. Todo o cenário de violações somadas a essas outras questões reforçam a urgência da implementação do NUDEDH Baixada.

Também sabemos que as questões orçamentárias da própria Defensoria Pública do Estado do RJ, por vezes, são um obstáculo para essa implementação, mas aqui queremos colocar que no cenário de violações de direitos no Estado, os números e as violações da Baixada precisam ser priorizados. Por isso estamos propondo inicialmente construir que o atendimento do NUDEDH possa acontecer pelos menos 02 dias na Baixada Fluminense em um dos espaços de alguma Defensoria Pública da Baixada Fluminense em horário comercial de 9 às 17h., até a consolidação de 01 NUDEDH Baixada.

Essa solicitação é uma demanda antiga de moradores(as), movimentos e organizações sociais da Baixada Fluminense. Essa solicitação foi construída em parceria com 25 mulheres negras que participaram do curso de Promotora Legal Popular com enfoque na segurança pública que a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial promoveu na Baixada Fluminense.

IDMJR

rua Dr. Lauro Neiva, 32 - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - cep: 25020-040

dmj.racial@gmail.com

<https://dmjracial.com>

(21) 983188658

Fransérgio Goulart de Oliveira Silva

Fransérgio Goulart de Oliveira Silva

Coordenação Executiva da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Giselle Nunes Florentino

Giselle Nunes Florentino

Coordenação Executiva da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

IDMJR

rua Dr. Lauro Neiva, 32 - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - cep: 25020-040

dmj.racial@gmail.com

<https://dmjracial.com>

(21) 983188658